

Virtù e Fortuna no pensamento político de Maquiavel

Cezar Arnaut* e Leandro Ferreira Bernardo

Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. e-mail: caatoledo@uem.br

RESUMO. Pesquisa que investiga na principal obra de N. Maquiavel, chamada “O Príncipe” - escrita em 1513 e publicada pela primeira vez em 1531 - a idéia da formação do Estado, especialmente relacionada com a formação do “governante” (príncipe) e com as influências históricas; e ainda, a fundação da Ciência Política moderna como conhecimento científico. A contextualização do período histórico no qual viveu Maquiavel, especialmente Florença, sua cidade, é decisiva para a compreensão de como foi articulada sua visão política, especialmente os conceitos de *virtù* e *fortuna*. A importância do tema pode ser facilmente verificada tanto pela influência, direta ou velada que exerceu na ciência política posterior, quanto pelas reações contrárias que despertou. Nicolau Maquiavel (1469-1527), grande filósofo político do Renascimento, é considerado o grande fundador da Teoria de Estado moderna. Seus escritos têm, então, o caráter de fundadores e não devem ser descurados da Teoria Política Moderna, pois se constituem como clássicos do pensamento político. Nesse sentido, a ligação de suas idéias com as demais áreas é notória. Além disso, buscando compreender o pensamento de Maquiavel, pode-se compreender também os grandes temas da Filosofia Política, como Estado e governo, especialmente contextualizados no quadro histórico-político do Renascimento italiano.

Palavras-chave: Maquiavel, Renascimento, Século XVI, Teoria Política, Estado Moderno.

ABSTRACT. *Virtù and Fortuna in Machiavelli's political thought.* This study aims at investigating the most important Machiavelli's work *The Prince*- written in 1513 and first published in 1531 - the idea of the State configuration, specially connected with the governor's (prince's) configuration and with their historical influences; yet the modern foundation of the Political Science as scientific knowledge. The historical context where Machiavelli lived, specially Florence his town, is indispensable for the understanding of his political thoughts, mainly of *virtù* and *fortuna*. The importance of the theme may be easily showed by both direct and indirect influence, which he exerted on subsequent political science, and other adverse reactions. Niccolò Machiavelli (1469 - 1527), a great political philosopher of Renaissance, is considered the great founder of the Modern State Theory. His writings have the founders' character and should not be neglected for being such a classic of the political knowledge. Thus, his thoughts connection with the other areas should be public. Besides searching for understanding Machiavelli's thought, we can also explain the great Political and Philosophical themes such as State and Government, specially observed in the political history scenary of Renaissance in Italy.

Key words: Machiavelli, Renaissance, 16th century, Political Theory, Modern State.

Renascimento - contexto histórico

A fim de melhor compreender o período no qual se desenvolveu o pensamento de Maquiavel, entre a segunda metade do século XV e primeira metade do século XVI, necessário se faz conhecer alguns dos principais acontecimentos do período. O enfoque será dado especialmente ao fator político, no entanto com uma observação especial em relação a outros fatores, especialmente o econômico. Dessa forma, mesmo sem eleger aspecto algum como o

preponderante (pois colocam-se como essenciais outros como o sociológico e o geográfico), evidencia-se que muitas vezes os fatores políticos e econômicos são mais visíveis na observação de determinada sociedade, inclusive no contexto de mudanças no convívio social.

Torna-se necessário conhecer o período relativo a fins da Idade Média, por volta do término do século XIII, até o período em que se situa Maquiavel (século XVI), pois tal período propiciou a formação dos principais elementos de um conceito de Estado

passível de dizer-se moderno e, nesse sentido, exerceu em alguns pontos influência direta ou velada sobre esse autor.

O passo decisivo deu-se com a mudança da idéia do governante conservando seu estado para a idéia de que existe uma ordem legal e constitucional distinta, a do Estado, que o governante tem o dever de conservar. Um efeito dessa transformação foi que o poder do Estado, e não do governante, passou a ser considerado a base do governo (Skinner, 1996a:10). Além disso, como nos diz Skinner, “estudar o contexto de qualquer grande obra de filosofia política (...) implica dotar-nos (...) com um meio de alcançar maior visão interna do que seu autor queria dizer...” (1996a:13).

Origem da Renascença

A Renascença italiana ocorreu em uma velocidade maior que nas demais regiões européias. Nesse sentido, apresenta algumas particularidades e situações inovadoras em relação a tal momento histórico.

Na Itália, já no século XII, apresentava-se uma nova forma de organização política e social, preponderantemente ao seu norte. Aqui dois aspectos são relevantes: 1) A sociedade italiana perdera seu caráter feudal - praticamente todo país estava dividido entre cidades e a autoridade destas era notória aos cidadãos; 2) as cidades haviam desenvolvido uma forma de vida política conflitante com a convicção do período, que julgava ser a monarquia hereditária a única forma correta de governo. O ideal de liberdade convertera muitas cidades italianas em repúblicas independentes. Dessa forma, padecia o poder imperial frente aos cônsules, os quais detiam o poder em suas respectivas regiões (Skinner, 1996a:25).

As cidades italianas tiveram, durante toda luta que travaram contra o Império, o papado como principal parceiro. Tal aliança surgiu pela primeira vez com o papa Alexandre III, em 1159. Nesse sentido, os papas começaram a ter maior preocupação com suas ambições temporais, especialmente ao procurar direcionar as políticas internas das cidades do norte da Itália. Como consequência, o papado, em fins do século XIII, especialmente com Bonifácio VIII¹, conseguiu assumir controle direto e temporal sobre grande parte do centro da Itália, assim como considerável

influência sobre a maioria das principais cidades do *Regnum Italicum*².

A morte de Bonifácio VIII é considerada um marco que registrou o fim da fase medieval da história da Igreja, que nunca mais recuperou o prestígio perdido. Nesse sentido, acrescentou-se posteriormente a ocorrência da diminuição da importância política do poder papal.

A difusão do ideal de liberdade não passou de um espetáculo de curta duração para as cidades-república italianas. Nesse sentido, em fins do século XIII grande parte dessas cidades foi fortemente atingida pelas lutas de suas facções internas e elas se viram forçadas a abandonar as constituições republicanas e acatar o poder de um único *signore*, passando assim de uma forma de governo livre para outra despótica, a fim de atingir maior paz cívica. Entre as causas da queda da liberdade pode-se lembrar o aumento das divisões de classes no século XIII (Skinner, 1996a:45).

Diante desse panorama de lutas civis que se acirravam, em fins do século XIII a maior parte das cidades do *Regnum Italicum* chegou à conclusão de que sua melhor esperança de sobrevivência residia em aceitar a chefia forte e unificada de um único *signore*, em vez de uma liberdade caótica. Dessa forma, a partir de algumas experiências, rapidamente se difundiu pelo *Regnum Italicum* a prática de confiar o governo a *signori*. Assim, com o advento dos *signori*, começou a se desenvolver um novo estilo de teoria política - um estilo de exortação, onde eles eram louvados como pessoas que trouxeram unidade e paz a suas cidades (Skinner, 1996a:47). No entanto, a despeito do crescimento do número de cidades que passaram a confiar seu governo aos *signori*, houve várias exceções importantes à regra. Dessa forma, uma quantidade pequena de cidades resistiu à ascensão dos déspotas, com vigor e, em alguns casos, com êxito, e, nesse sentido, passou a desenvolver uma aguda consciência do valor em relação à independência política e ao governo republicano.

A cidade de Milão coloca-se entre as primeiras cidades a defender sua constituição republicana. No entanto, foi a cidade de Florença que mais se empenhou em deter o avanço dos déspotas nessa época. Nesse sentido, os florentinos reagiram e resistiram, durante o século XIII, aos desafios externos que ameaçavam sua independência (Skinner, 1996a:48).

¹ “Em 1302, o papa Bonifácio VIII publicou a bula *Unam Sanctam*, em que afirmava ser necessária a submissão da autoridade temporal à autoridade espiritual e que todo o povo deveria submeter-se, para se salvar, ao Pontífice romano”. (Miskinin, 1984:18).

² Skinner, 1996a p. 26. *Regnum Italicum* se refere às cidades do Norte da Itália que corresponde ao reino lombardo medieval, incorporado por Otto I ao Império germânico antes do ano 1000, e citado por autores tardo-medievais, como Marsílio de Pádua. Veja-se também p. 36.

Não se deve considerar que o pensamento criado no Humanismo da Renascença se desenvolveu em uma linha progressiva, a partir da teoria retórica do século XII, pois há mais influências incidentes, como da teoria de base humanista da França no século XIII. Não se pode, entretanto, considerar o Humanismo como um novo período do pensamento humano totalmente distinto do período anterior, ou seja, deve-se considerar o Humanismo como uma “era das mudanças” (Miskinin, 1984:15), mas sem deixar de considerá-lo um período influenciado por fatores anteriores em alguns aspectos, assim como inovador em outros. Sem dúvida, uma época de grandes contradições e mudanças (Dresden, 1968). Por volta do século XIII, as novas influências clássicas serviram para enriquecer os gêneros de escrita política que já haviam nascido do estudo da retórica. Dessa forma, a ocorrência dos estudos escolásticos nas universidades italianas acabou por contribuir de maneira fundamental para a evolução do pensamento político renascentista. Tais estudos difundiam que o apogeu de Roma se deu no período republicano, e não no imperial. Antes mesmo do século XIV já se encontrava expressão no pensamento político italiano de uma preferência teórica pela República, como Dante Alighieri, poeta florentino de grande prestígio.

A respeito da formação da sociedade renascentista, primeiramente cumpre lembrar que era sobre uma base agrícola que estava construída a sociedade medieval (mais de nove décimos da população), e era o camponês, com seu humilde labor, quem criava as condições que possibilitavam os triunfos intelectuais e culturais da Idade Média (Muller-Bochat, 1970).

Nesse caminhar, torna-se imprescindível a análise de alguns aspectos que se mostraram relevantes para a transformação da sociedade da Idade Média, especialmente a partir do século XIV. Entre esses aspectos pode-se ressaltar:

- A instabilidade da estrutura agrícola na primeira metade do século XIV. Nesse período ocorreu a pior fome da Idade Média (1315-1317), fato que somente fez revelar uma crise decorrente da formação social da Europa e que já tinha seu ponto de formação em períodos anteriores.
- A ocorrência, ainda na primeira metade do século XIV (1348-1349), da Peste Negra, a epidemia pan-européia de peste bubônica, a qual fazia com que parecessem insignificantes os efeitos causados pela fome. Muitas foram as conseqüências creditadas à ocorrência da

Peste Negra. Por exemplo, em decorrência da morte de grande parte da população, aumentaram em grande quantidade as oportunidades dos trabalhadores sobreviventes e, por conseguinte, o preço da mão-de-obra agrícola elevou-se em grande escala. Além disso, aumentaram as possibilidades de acesso às cidades em detrimento da vida nos feudos. Outro efeito gerado pela Peste Negra se refere ao fato de que o aumento da riqueza *per capita* dos sobreviventes e a constante presença da morte na sociedade parece ter tido uma profunda influência no aumento do desejo de gastar; e tais fatos, conseqüentemente, convergiram para o aumento da circulação de dinheiro em toda Europa³. Em conseqüência dessa maior circulação de dinheiro e da maior detenção *per capita* de riquezas, ocorreu também uma maior demanda, especialmente nas cidades, da procura por produtos de luxo (Id, *ibid*, 136). Juntamente com a Peste Negra, outros fatores como os altos impostos e as destruições da guerra tiveram como corolário a desestabilização da economia rural e a drenagem de fundos do campo para a cidade.

- O entrave que o poder espiritual ainda representava para o poder temporal, não obstante a sua perda de prestígio; nesse momento apresentava-se relativamente difusa a distinção entre as esferas de poder exercido por cada um, de modo que os meios e as finalidades buscadas por ambos eram convergentes, no sentido de buscar “conformidade com a lei divina e com a vontade de Deus” (Id, *ibid*, 16). Assim, esse entrave representado pela Igreja, somado a outros fatores, possibilitou a formação, posteriormente, de Estados com poder centralizado nas mãos do representante temporal.

Renascença italiana

O início da formação da Renascença italiana é o início da Renascença européia, e também a Itália é considerada a inauguradora do período Humanista europeu. E para uma melhor compreensão de tal período cumpre destacar alguns aspectos que se tornaram notórios já no início do Renascimento italiano, sem, no entanto, se esquecer de influências

³ *op. cit.*, p. 93: “ (...) o dinheiro (...) e outros bens duradouros de todos os tipos eram agora divididos entre talvez um terço menos de pessoas que antes da peste”. (Miskinin, 1984:93).

externas (Skinner, 1996a:124). Entre os aspectos mais relevantes, põem-se:

- A rápida expansão da informação material sobre o mundo antigo. Esse aspecto exerceu sobremaneira influência no desencadeamento do Renascimento com o aumento do estudo dos autores clássicos. O resultado mais importante da aquisição de tantos textos novos foi que os humanistas gradualmente começaram a adotar uma nova atitude em face ao mundo antigo. Como pondera Skinner: “um novo senso de distanciamento histórico foi assim alcançado, dele resultando que a civilização da Roma antiga começou a ser vista como uma cultura completamente distinta, merecendo ser reconstruída e apreciada, sempre que possível, em seus termos próprios” (Skinner, 1996a:107).
- Uma das doutrinas mais influentes e mais características do Humanismo diz respeito à ênfase na capacidade criativa do homem. Nesse sentido contribuiu para se aumentar interesse pela personalidade do indivíduo. Tal fato se contrapôs, de certa forma, à doutrina escolástica que dificultava essa individualização do homem na sociedade (Skinner, 1996a:118).
- Os humanistas aprofundaram e ampliaram as tradições de ensino vigentes nas universidades italianas. Apesar de terem surgido as universidades algum tempo antes, na Alta Idade Média, no período da Renascença elas passaram a ter um papel difusor do pensamento humanista.
- Os humanistas trataram desde o início em realizar uma ofensiva contra a Escolástica, especialmente no que se refere à metodologia, baseada nas abstrações. O humanismo repudiava tal metodologia, pois de acordo com sua tese, a filosofia deveria ter algum uso prático na vida social e política, ou seja, todo conhecimento deveria servir para ser usado. Esse movimento exerceu um profundo impacto na constituição do pensamento político e social do século XVI. Por fim, tornou-se presente no pensamento humanista a convicção de que a idade de ouro da Antigüidade, depois de encoberta por um longo período de obscurantismo escolástico, agora ressurgia, ao redescobrirem eles as glórias do mundo clássico (Skinner, 1996a:128-130).

O avanço progressivo de formas de governo cada vez mais despóticas de principados⁴, especialmente na Itália, foi um fato que se manteve constante. Tal fato, em geral, significava a vitória de senhores novos e mais poderosos. Mas em cidades com uma ativa tradição republicana - como Florença e Roma -, o resultado foi um demorado conflito entre os defensores da liberdade republicana e os expoentes das práticas acusadas de tirânicas.

Interessante fator diz respeito à relação do comércio internacional com a formação dos Estados absolutos. Nesse sentido, segundo Miskinin (1984), no período próximo ao fim da Idade Média e início da Modernidade:

o comércio era já mais um modo de vida que uma aventura incerta e os mercadores medievais tinham já organizado instituições regulares e rotas comerciais conforme as suas conveniências e de acordo com a busca de lucros”. (...) com o correr dos tempos, regiões inteiras vieram a experimentar os benefícios de uma ordem política cada vez mais estável. Com a maior segurança vieram maiores oportunidades de comércio (Miskinin, 1984:119).

No século XIV despontava na Itália um grande número de *signori*. No entanto, grande parte não oferecia a estrutura necessária para manter a estabilidade do seu poderio e, o que é pior, davam à população grande sensação de insegurança. Assim, como diz Burckhardt, “as autocracias mais poderosas tendiam sempre a absorver as mais fracas” (1973:15).

Já no século XV, essa tendência à supressão dos *signori* menos poderosos passou a tornar-se fato. Dessa maneira o poder passou a apresentar um caráter completamente diferente do que no século anterior. De acordo, ainda, com Burckhardt, “um grande número de pequenos tiranos [o autor usa a designação ‘tirano’ como sinônimo de *signori*], e até alguns dos mais poderosos, (...), deixaram de existir. Os poderosos engrandeceram e deram a seus estados uma organização mais esclarecida” (Burckhardt, 1973:19).

Os tiranos tiveram como grande expressão de ilegitimidade no século XV os *condottieri*, que se tornavam príncipes soberanos independentes de direitos hereditários (no entanto, mesmo quando os *condottieri* recebiam esse título por sucessão, eles não se sentiam em segurança) . Estes buscavam, naquele

⁴ “além da perda do monopólio militar e da diminuição do poder econômico (defrontada em fins do século XIV) a classe nobre sofreu uma séria redução de possibilidades de imposição de limites à figura central da monarquia - o rei”. Tal fato, assim, possibilitou cada vez mais o Rei centralizar em suas mãos o poder político. Além disso acrescenta que “a extensão do poder real deu-se como consequência imediata da debilidade econômica da classe senhorial e forneceu novos precedentes para a intervenção do governo nos assuntos econômicos” (Miskinin, 1984:24).

século, cada vez mais alcançar a soberania do seu principado, fato esse que acabou por contribuir para um estado constante de agitação na Itália. Os próprios *condottieri*, que possuíam estados obtidos por via de sucessão, nunca se sentiam em segurança.

O aumento do poder centralizado dos príncipes, os chamados *signori*, por quase toda a península, ajudou a trazer à luz uma série de elementos importantes no pensamento político da Renascença. Uma das principais mudanças devida a eles foi uma sensível redução do interesse pelos valores que sustentavam a tradicional concepção republicana de cidadania. As obras de pensadores clássicos como Platão tomaram o lugar de preponderância que antes, na fase inicial do humanismo, era atribuído a Cícero. Essa mudança de perspectiva teve como conseqüência o fato de que o interesse em relação à política tornou-se cada vez mais presente.

Outra conseqüência foi que, nesse período em que se tornava mais presente o poder absoluto, qual seja a chamada Renascença tardia (por volta de fins do século XV e inícios do século XVI), era dada maior atenção ao estudo da política dirigida ao príncipe. Nesse período, os textos elegiam os príncipes como alvo, mesmo quando estava evidente que suas preferências pessoais pendiam para a República. A preocupação desses autores fez com que ficasse centralizada toda atenção na figura mais poderosa do príncipe, em detrimento da consideração do cidadão de modo individual (Skinner, 1996a:137). Uma possível explicação para esse tratamento especial dado ao poder centralizado pode dizer respeito ao fato de que os elementos necessários para estabelecer uma república haviam desaparecido. Assim como diz Burckhardt, “certamente, no seu foro íntimo, todos protestavam contra o poder de um só, mas procuravam mais acomodar-se ao regime ou até a beneficiar dele do que a reunir-se a outros para o atacar (op. cit. 55)”. Considerava-se a maior parte dos estados italianos, sob o aspecto da organização interna, como produtos de uma arte, isto é, criações voluntárias, nascidas da reflexão, assentes em bases positivas (Burckhardt, 1973:55). Além da primazia em relação à ciência do Estado, à Itália coube também tal primazia em colocar a guerra como uma ciência e uma arte completa e lógica (*vide* a importante obra sobre esse aspecto chamada *A arte da guerra*⁵, de Maquiavel, publicada pela primeira vez em 1521). É aqui que encontramos, pela primeira vez, a admiração verdadeiramente intelectual do conhecedor perante uma guerra sabiamente conduzida, admiração natural, aliás, no meio destas

freqüentes mudanças de partido e nesse mundo de *condottieri* que não conhecem e não vêem mais nada que seu ofício. Tal admiração valeu a Maquiavel muitos reproches.

Florença na Renascença

A Florença daquele período é considerada uma sociedade que muito contribuiu para o desenvolvimento do pensamento político moderno. Nesse sentido, diz Burckhardt (1973:65) que “a mais perfeita consciência política, o desenvolvimento mais completo e variado encontram-se reunidas na história de Florença, a cidade que, nesse sentido, merece ser considerada o primeiro estado moderno do mundo”. Os fatos ocorridos em Florença foram fundamentais para a formação de importantes conceitos para a época, chegando esse autor a caracterizar a cidade como o centro de maior influência para a elaboração do espírito italiano e até para o espírito da Europa no período moderno.

Em relação a fins do século XIII, era vislumbrado um certo desgaste do governo florentino, tendo como um importante fator a rivalidade por cargos, no mesmo momento em que Florença começava a sentir a força cada vez maior dos tiranos, os quais passaram a se tornar muito presentes na Europa, em especial na Itália. Essa presença dos tiranos, também caracterizados como *signori*, em Florença apresentava um agravante, pois nessa cidade, que já tinha uma relativa tradição de participação popular nos seus negócios, vislumbrava que a presença daqueles *signori* “não admitiam outra individualidade senão a sua e a dos seus mais próximos servidores” (Burckhardt, 1973:17). Em relação ao século XIV, período em que ocorreu a devastadora peste negra por toda Europa, Florença apareceu como um território ímpar em todo esse continente, que, como poucas cidades, reuniu informações concretas sobre tal fato histórico (Burckhardt, 1973:68). A possibilidade de conhecimento da realidade de Florença nesse período decorria, fundamentalmente, do desenvolvimento organizacional dessa sociedade frente às demais cidades-Estado. No século XIV os florentinos já tinham um destaque cultural, em relação à arte - como na pintura, escultura e arquitetura -, mas principalmente na filosofia moral, social e política. Nesse período em Florença era grande a discussão em torno de questões morais e políticas, e uma possível causa desse fato se refere aos constantes movimentos a que a população se submetia a fim de manter a relativa liberdade política, por toda a primeira metade do século XIV, contra uma série de *signori* (Skinner, 1996a:61). A crise política da Itália nos primórdios do século XV

⁵ Maquiavel, N. A arte da guerra. A vida de Castruccio Castracani. Belfagor, o arqui-diabo. O Príncipe, 1982.

propiciou a criação, em Florença, de um novo tipo de humanismo, baseado em uma filosofia de maior participação política e na celebração das liberdades republicanas. No entanto, deve-se observar que tais idéias não eram totalmente novas, pois eram, antes, um legado das cidades-república medievais.

Um ponto que causava preocupação, a respeito da conservação política da liberdade, em especial em Florença, que é abordado por Maquiavel, se refere ao receio de que o aumento das riquezas privadas se mostrasse capaz de corromper a vida pública. Outro ponto abordado por Maquiavel que se evidenciava em outros autores do início do século XIV se refere aos temores em relação às tropas pagas e mercenárias, que se tornara prática em Florença. Tal fato se deu num momento em que a população, sobretudo a classe rica, em uma medida muito grande, estava envolvida com os negócios mercantis, o que lhe demandava tempo, que não poderia ser utilizado no serviço militar. Além disso, tornava-se para essas pessoas muito mais vantajoso pagar outro para cuidar da proteção da cidade do que se arriscar pessoalmente em possíveis guerras. Naquela época muito se debateu sobre a utilidade, justificativa e o perigo do recurso a tropas mercenárias.

Em Florença, na mesma época em que crescia na Europa, em especial na Itália, ocorreu o aumento do poder despótico. Nesta cidade, o poder tirânico era exercido por representantes de poderes hegemônicos de algumas famílias mais influentes, como é o caso da casa dos Médici. Nesse sentido, um passo fundamental para a construção do despotismo mediceu ocorreu em 1480, quando Lourenço, o Magnífico, criou o Conselho dos Setenta, órgão permanente, cujos membros eram, na maioria, seus partidários e que passou a ter poderes quase exclusivos sobre os negócios da República. No entanto, a força com que se apresentava o poder tirânico em Florença era acompanhada por alguns movimentos internos, os quais buscavam, fundamentalmente, restabelecer o governo republicano. Houve, assim, ao lado da perda dos antigos direitos políticos do povo florentino algumas lutas contra o despotismo de governantes.

Entre as tentativas de restabelecimento da política republicana em Florença, de modo a excluir seus sucessores, duas são apontadas por seus efeitos mais visíveis. A primeira se refere ao período posterior à morte de Lourenço. Em 1494, ocorreu uma “conspiração de cunho popular (Cortina: 2000: 170)” liderada pelo dominicano Jerônimo Savonarola contra o filho de Lourenço, Piero de Médici, logo depois que este buscou firmar acordo com os franceses de maneira a prejudicar Florença.

Em seguida, Jerônimo Savonarola, misturando idéias teocráticas e democráticas, teve o encargo de dirigir a República no momento posterior, sem êxito. A República sem o domínio dos Médici perdurou até 1512, quando, após o fracasso dessa experiência republicana, os Médici voltaram a dominar a política florentina⁶. A segunda revolta foi em 1527, quando os Médici foram novamente afastados do poder e a república foi, de novo, restaurada. No entanto essas tentativas não conseguiram deter o inexorável movimento de Florença no rumo do governo *d'un solo*.

Em ambos os casos (1494 e 1527), insurgir contra o governo tirânico significava insurgir-se contra a família dos Médici. Em relação a esse ponto, diz Burckhardt que “*para os florentinos, todas as vezes que se desembarçaram ou quiseram desembarçar-se dos Médici, o tiranicídio era um ideal proclamado abertamente* (1973:54). E, ainda, no que diz respeito à família dos Médici, amplas são as fontes remanescentes que retratam a sua presença nos negócios de Florença. Essa participação ia desde a indústria de seda e lã, até a detenção de bancos. As primeiras, a indústria de seda e lã, eram as principais fontes de movimentação econômica de Florença e os bancos eram fundamentais para o crescimento do comércio. Nesse sentido, caracteriza Burckhardt:

Conhecemos aproximadamente a fortuna e os negócios dos primeiros Médici: de 1434 a 1471 não dispensaram menos de 400.000 florins e Lourenço o Magnífico sente-se feliz por esse dinheiro ser tão bem empregue. Florença produziu também uma obra-prima de estatística descritiva como produziu tantas outras antes da sua grandeza e liberdade desaparecerem para sempre (Burckhardt, 1973:69).

Dessa forma, em meio a tantos conflitos e transformações sociais, amplos podem mostrar-se as fontes de inspiração para o pensamento e, conseqüentemente, a obra de Maquiavel. Nesse sentido, cabe novamente frisar a relevância que tem todo o período histórico em que Maquiavel viveu para melhor compreensão da sua obra. Esta provém mais do mundo prático do que de uma teoria abstraída da realidade. Skinner (1996b), num texto sobre a filosofia política da Itália renascentista, afirma que tal conhecimento tem suas raízes solidamente fincadas no pensamento político medieval e que o aspecto mais revolucionário d'O

⁶ Durante o período em que os Médici se afastaram do poder, Maquiavel passou a ter ativa participação nos negócios públicos de Florença, de modo que, quando aqueles retomam o poder, Maquiavel foi exonerado das funções que exercia e foi proibido de entrar no palácio do governo durante um ano. Nesse mesmo ano foi exilado da cidade. Nesse período escreveu *O Príncipe* (1513) e, buscando cair nas graças dos Médici, ofereceu sua obra a Lourenço (1515), que a aceitou com frieza.

Príncipe de Maquiavel é sua redefinição de *virtù*, o que possibilitou o assentamento da própria filosofia política em outras bases, com especial destaque para a idéia de utilidade. Tal redefinição acabou por determinar os rumos das investigações posteriores sobre a política, seus conceitos, suas práticas e seus limites, tornando patente a dificuldade de uma conceituação da política nos estreitos e estritos limites da “razão moral” (dever-ser) (Skinner, 1996b, 388-452).

O *Príncipe* de Maquiavel no contexto da Renascença

Antes mesmo de observar O *Príncipe* de Maquiavel no contexto da Renascença, cumpre analisá-lo internamente. Essa obra foi escrita em 1513, em um momento em que Maquiavel fora obrigado a afastar-se dos negócios públicos de Florença. Essa obra, que é caracterizada como um ‘manual para governantes’, baseado em análises da história humana, em especial o Império Romano, teve e tem sua importância incontestável, tanto no período em que foi escrita, no século XVI – contribuindo para a formação do pensamento político moderno –, como para os períodos posteriores.

O *Príncipe* vem dividido em vinte e seis capítulos que, de uma maneira esquemática, podem ser agrupados da seguinte forma: a) do capítulo I ao capítulo XI o livro trata das formas dos principados e das formas de adquiri-los e mantê-los; b) do capítulo XII ao capítulo XIV, que trata da organização militar do principado; c) do capítulo XV ao capítulo XIX são estudados os conselhos que devem ser observados pelo governante para manter o poder; d) do capítulo XX ao capítulo XXIII o livro trata de assuntos que o autor pensou serem relevantes ao conhecimento do governante, como a disposição sobre a escolha de ministros; e) do capítulo XXIV ao capítulo XXVI narra a situação da sua Itália contemporânea, vindo a culminar, por fim, no capítulo XXVI, num pedido a um príncipe para que este busque unificar a nação italiana.

Ao passar a analisar a obra de Maquiavel no contexto do Renascimento, faz-se necessário considerar alguns pontos essenciais. Primeiramente, O *Príncipe* é uma obra que retrata um estilo literário comum no período, qual seja o de um conjunto de regras para a orientação dos novos príncipes⁷. Dessa forma, tem-se que O *Príncipe* de Maquiavel, diferentemente do que nos dizem alguns autores (Berlin, 2000:5), pode ser classificado em uma certa categoria, qual seja a do pensamento político ainda

do final do século XV. No entanto, mesmo sendo possível classificá-lo em determinada categoria, esta obra inova em alguns aspectos, especialmente por compreender a política de uma forma diferente de outros autores (Bignotto, 1992:114).

Durante o século XVI, começou a predominar a linha de pensamento, amadurecida n’O *Príncipe*, que dava preponderância à segurança dos reinos com o estabelecimento de governos absolutistas, frente à liberdade das repúblicas, pois mesmo que aquela forma de governo cerceasse com maior vigor a liberdade privada – que dessa forma passava a ter uma distinção difusa em relação ao público –, representava maior possibilidade de resistência em casos onde fosse posto à prova.

Os conselhos que Maquiavel apresentou n’O *Príncipe* fizeram com que ele recebesse muitas críticas, ao ponto de seu nome estar associado à maldade⁸. No entanto, de acordo com a estratégia do autor, seria louvável que um príncipe possuísse e utilizasse todas aquelas qualidades que se costuma haver por boas; e mais adiante repete que o príncipe não deve apenas ‘parecer compassivo, leal à palavra dada, de modo a confiar cegamente nos outros homens, mas somente agir dessa forma quando as circunstâncias o permitirem. Assim, o conselho maquiaveliano, tal como o próprio autor indica pelo fim do capítulo XVIII, é que o Príncipe não deve desviar-se do caminho da bondade, se assim for possível. No entanto, deve estar preparado para praticar o mal quando a situação exigir. Nesse sentido, o autor não abandona as normas morais absolutizadas pelo costume.

Um tema que aparece n’O *Príncipe* e que revela a influência do contexto histórico diz respeito à discussão sobre *virtù*. Maquiavel utilizou o conceito de *virtù* para se referir a todo o conjunto de qualidades e possibilidades, sejam elas quais forem, cuja aquisição o príncipe possa achar necessária a fim de ‘manter seu estado’ e realizar grandes feitos. O motivo central do humanismo renascentista, talvez seja de que a *virtù* servia para vencer o poder da fortuna no controle dos negócios.

Em relação à religião, a qual tinha, ainda na Renascença, seus limites pouco definidos em relação ao Estado, Maquiavel, de certa forma, a contrapõe com a religião existente na Roma Antiga. Assim, diz que a velha religião glorificava as virtudes cívicas contribuindo para sustentar a liberdade política. No sentido oposto, dizia que a religião de seu tempo

⁷ *Ibid.*, p. 133. Cortina usa esta nomenclatura no seu texto.

⁸ Nesse sentido, cf. Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, *Minidicionário da língua portuguesa*, p. 351: Maquiavélico aparece como aquilo “(...) que tem, ou em que há perfídia, má fé”.

glorificava homens humildes e contemplativos, e dessa forma contribuiu para gerar a corrupta condição de vida para o cidadão⁹.

Maquiavel proclamou que seria mais o espírito dos governantes e das leis do que o aparelho de governo que deveria ser objetivado para a construção de uma sociedade mais forte. Além disso, a ênfase na questão da virtude cívica é uma das características mais notáveis do pensamento político da Renascença. Maquiavel dedicou grande parte dos capítulos do *Príncipe* a um exame específico desses temas em relação ao comportamento da pessoa do governante em relação aos súditos. Nesse sentido, ele identifica o príncipe (governante) com o Estado; toda sua filosofia política deriva desse princípio de similaridade, num sentido também, claramente instrumental.

O *Príncipe* de Maquiavel é considerado por muitos, como já foi visto, um manual de instruções. Nesse sentido, o autor apresenta, na obra, regras observadas da experiência histórica, as quais poderiam contribuir, segundo ele, para a construção de um governo novo ou para a manutenção daquele já existente. Essas regras apresentadas pelo autor foram fundamentais para a sistematização da teoria política moderna. Passemos a discutir a questão da formação do Estado e do governante, assunto central no pensamento de Maquiavel.

Maquiavel, ao discutir a formação dos Estados ou principados, começa por classificá-los em três formas possíveis: a primeira diz respeito aos principados hereditários; a segunda se refere aos principados novos; e a terceira, aos principados eclesiásticos. O autor dedicou n' *O Príncipe* maior atenção à análise dos principados novos, assim como nas melhores maneiras de sua manutenção. Relacionado a esse aspecto, o autor descreve várias atitudes cabíveis ao governante ou príncipes para obter maior eficácia na dominação de um Estado¹⁰, as quais seriam resumíveis em *virtù* e *fortuna*. Para Maquiavel, em relação ao surgimento do Estado, deveria se repudiar o estudo do idealizado, atendo-se à realidade e à natureza das coisas, especialmente à do homem. A política deveria, dessa forma, levar em conta a natureza humana, que seria, segundo o autor, imutável. Dessa forma, tanto um ato que havia sido realizado por Ciro, o rei persa, por volta

do século VI a.C., como outro realizado por César Bórgia, o duque valentino, contemporâneo de Maquiavel, seriam igualmente importantes para a formação do governante moderno, observados os detalhes de cada contexto histórico.

Um dos pontos que distingue as idéias defendidas no *Príncipe* em relação aos antecessores de Maquiavel diz respeito ao objetivo de governar. Os pensadores anteriores afirmavam que a vida política se fundava principalmente na defesa da liberdade e da justiça. Ao contrário, Maquiavel desenvolveu uma tese baseada na idéia de que no governo o mais importante não consistia em defender a liberdade do povo, mas em conservar-lhe a paz. Uma mudança equivalente na escala de prioridades se lê com toda nitidez na obra em análise de Maquiavel. Nela, o autor remete à antiga liberdade das Repúblicas, apenas para notar que ela tende a torná-las mais reticentes ao governo de um príncipe. Seguidas vezes afirma que o principal dever de um governante deve ser o de cuidar de sua própria segurança e força, ao mesmo tempo em que garante que seus súditos vivam 'estavelmente e em segurança'.

Maquiavel define seu objetivo como sendo o de expor um conjunto de regras que capacite a formação de um governante forte. Ele não vê a sociedade como possuidora de evolução sistemática, assim como não vê a sociedade como auto-transformadora, de modo que acredita ser necessária a intervenção do príncipe nos rumos do Estado, objetivando a ordem social. Considera imprescindível ao governante, especialmente ao novo governante, a determinação na busca de seus objetivos prioritários, chegando a enunciar que quem dessa forma agisse, tornaria seu Estado mais seguro e firme do que se o tivesse governado por longos anos. Sendo assim, pode-se afirmar, como nos indica a interpretação de Gramsci (1976), a obra de Maquiavel contribuiu para fortalecer como fundamentais elementos da política a existência de governantes e governados, além de dirigir do modo mais eficaz a preparação dos dirigentes e buscar alcançar a obediência dos governados (1976:19).

Um outro objetivo que se vislumbra na obra de Maquiavel diz respeito à necessidade de exército próprio, constituído por soldados leais e convictos, que lutam pela causa da pátria, para formar a soberania política (Carvalho, 1986:34). N' *O Príncipe*, Maquiavel mostrou que o Estado se sustenta sobre boas leis e boas armas. Nesse sentido, o governante necessitaria de uma força militar de confiança, de modo a excluir a prática comum no período, a de contratação de tropas mercenárias. Segundo o autor,

⁹ Veja-se Maquiavel, *In: Discursos*; veja-se também Berlin, *op. cit.*, p. 14.

¹⁰ Machiavelli, N. *O Príncipe*, cap. IX, p.124. Um exemplo de regra destinada ao governante diz respeito ao fato de que este deveria, segundo Maquiavel, buscar não se sustentar no poder com a ajuda dos poderosos, mas, de acordo com a possibilidade, ter no povo a sua sustentação, pois este se contenta somente em não ser oprimido, enquanto aqueles buscam ganhar maior força nas decisões do governo.

seria extremamente desvantajosa essa espécie de prática, pois essas tropas mercenárias “*não são unidas aos príncipes, são ambiciosas, indisciplinadas, infiéis (...)*” (Maquiavel, 2000), fatores esses que fazem com que a segurança do Estado e, conseqüentemente, toda a sua existência, esteja ameaçada.

Em relação à unificação italiana, tema este que recebe destaque especial nos últimos capítulos d’*O Príncipe*, Maquiavel teorizou sobre a necessidade do nascimento de um Estado moderno, centralizado, político, ou melhor, teorizou sobre um Estado italiano único. Seu objetivo era o de salvar a Itália da situação em que ela se encontrava no século XVI, descentralizada e, conseqüentemente, suscetível a ataques de outros Estados mais bem organizados, como a França e a Espanha, suas vizinhas. Sobre esse aspecto, Maquiavel tinha por modelo, na construção do Estado italiano, a Roma Antiga, especialmente em seu período imperial, em que ocorreram importantes fatos, como uma grande expansão do território. Em relação, ainda, à unificação italiana, o próprio autor, no capítulo XXVI d’*O Príncipe*, ao falar da Itália de seu tempo, dispôs que “*pareceu-me que há tantas coisas favoráveis a um príncipe novo que não sei de época mais propícia para a realização daqueles propósitos*”¹¹. Acrescentou, ainda, dizendo que “*vê-se que ela [a Itália] roga a Deus que envie alguém que a redima dessas crueldades e insolvências dos estrangeiros*”¹².

Moral X Política

O estudo sobre a moral é tão importante ao homem quanto o estudo das ciências que tratam da natureza das coisas ou dos corpos, no sentido que permite ao ser humano a busca do conhecimento das suas verdades internas. Nesse sentido, em relação à moral na obra maquiaveliana, tem sido muito intensa a discussão sobre tal aspecto, sendo considerada por muitos o ponto central de sua teoria. Algumas análises d’*O Príncipe* chegam a considerar essa obra como a que foi responsável pela separação entre a moral e a política, ou seja, esses dois princípios não passariam a reger a vida do governante, o qual deveria escolher entre um deles. No entanto, não é pacífico entre os autores considerar *O Príncipe* sob a perspectiva de separador entre política e moral (Pécora, 1992:127).

A análise do capítulo XV d’*O Príncipe* é fundamental para se conhecer a questão referente à moral maquiaveliana. Nesse capítulo o autor se refere a um aspecto que fundamenta sua maneira de pensar: a diferença entre o real e o idealizado. Ao

separar esses dois mundos, Maquiavel analisa as qualidades necessárias ao exercício do poder pelo governante. Maquiavel imaginava que o governante deveria agir conforme o momento exigisse, de modo que, caso agisse baseado em uma política idealizada, isso poderia significar o fim de seu Estado, pois, segundo o autor “*(...) um homem que quiser fazer profissão de bondade, é natural que se arruíne entre tantos que são maus*”¹³. O capítulo XVII também deve ser considerado imprescindível à discussão entre moral e política em Maquiavel. Assim, em alguns trechos a obra, de certa forma, sintetiza os valores que deveriam guiar o governante. Escreveu o autor que:

*não deve, (...), importar ao príncipe a qualificação de cruel para manter os seus súditos unidos e com fé, porque, com raras exceções, é ele mais piedoso do que aqueles que por muita clemência deixam acontecer desordens, (...)*¹⁴.

Além disso, aparece nesse capítulo a consideração de Maquiavel de que, não sendo possível ser amado e temido ao mesmo tempo, e necessitando o príncipe escolher entre uma delas, é preferível ser temido. Maquiavel mostrou que acreditava menos nos sentimentos de amor do homem do que no seu sentimento de medo, ou seja, é mais seguro que o governante transmita medo aos seus súditos do que confiar no amor destes. Os homens, segundo Maquiavel, seriam voláteis de acordo com a situação e ingratos pelos benefícios recebidos, e somente coagidos, sabendo que seriam punidos em caso de desvio, os homens iriam se obrigar com maior vigor com o governante. No entanto, o governante, mesmo não sendo amado, deveria, pelo menos, buscar não ser odiado.

Possui relevante importância a interpretação que se refere ao fato de que Maquiavel, n’*O Príncipe*, não traduziu a separação entre moral e política, mas somente apresentou como correta uma moral diferente daquela que o cristianismo prega; uma moral baseada nos princípios da Antigüidade, do Império Romano. Um importante referencial sobre esse aspecto da teoria de Maquiavel é Berlin (2000:31). Esse autor discorda que Maquiavel tenha separado a política e a moral, pois, segundo ele, os fins últimos, aceitos ou não pela tradição judaico-cristã, deveriam ser considerados como valores morais. Dessa forma, Maquiavel não teria emancipado a política da ética ou da religião. O que fez foi a distinção de duas modalidades de moral: a judaico-cristã e a pagã (Bignotto, 1992:123). Não haveria, sob esta perspectiva, o divórcio entre a

¹¹ Maquiavel (2000), cap. XXVI.

¹² Maquiavel (2000), cap. XXVI.

¹³ Maquiavel (2000), *O Príncipe*, cap. XV.

¹⁴ Maquiavel (2000), cap. XVII.

política e a ética que muitos autores atribuem a Maquiavel. Não haveria, também, o conflito entre os campos distintos da moral e da política, mas de duas moralidades, a cristã e a pagã, esta última caracterizada como estética. Como consequência, tem-se que um fator determinante da obra de Maquiavel se refere à possibilidade de justificação de medidas que ofendem a moralidade dominante, em defesa do Estado. Sob esse enfoque alguns autores creditam a ele a criação, ou pelo menos a defesa, do que se conheceu posteriormente como Razão de Estado, ou seja, a justificação de atos considerados imorais para a maioria dos cidadãos quando empreendidos em benefício do Estado, em circunstâncias excepcionais. No entanto, para Maquiavel tais medidas eram, em certo sentido, perfeitamente normais em si mesmas¹⁵.

Um outro ponto que deve ser observado diz respeito ao fato de que n' *O Príncipe* apresenta-se uma moral diferente daquela à qual se submetem os cidadãos, direcionada para o chefe de um Estado. Dessa forma, a moral do governante tem por finalidade principal a manutenção do Estado, mesmo que isso custe a liberdade das pessoas. Em relação à moral do povo, essa deveria se guiar por valores que possibilitassem a vida em comunidade (caridade, fé, humanidade, piedade, bondade). Maquiavel não considerava os valores dominantes em seu período histórico como negativos. Pelo contrário, ele considerava que estes valores fossem importantes para a manutenção da sociedade, de maneira que o governante, mesmo que fosse obrigado a ir contra tais valores morais, pelo menos aparentasse tê-los¹⁶. Assim, como aparece n' *O Príncipe*, a finalidade de manter o Estado justifica os meios empregados pelo governante, o que não ocorre com o cidadão comum:

*Procure, pois, um Príncipe vencer e conservar o Estado. Os meios que empregar serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo é levado pelas aparências e pelos resultados dos fatos consumados, e o mundo é constituído pelo vulgo (...)*¹⁷.

Ainda com referência à moralidade do governante na obra de Maquiavel, dois conceitos surgem, nesse sentido, os quais já eram utilizados por autores contemporâneos ao autor, mas que n' *O Príncipe* receberam uma nova designação. Tais conceitos são o de *virtù* e fortuna.

Uma grande alteração que Maquiavel trouxe para o pensamento político do século XVI pode ser encontrada na análise que faz do conceito de *virtù*. Nesse sentido, Maquiavel concordava que esse termo se referia à qualidade necessária ao governante para vencer as incertezas da *Fortuna* ou da sorte, e buscar desse modo resultados como a honra, glória e fama¹⁸. Se agora, porém, passarmos a investigar mais a fundo as qualidades que Maquiavel tinha em mente ao utilizar esse termo, veremos que o fato de se interessar pela *virtù* dos governantes, mais que pela dos simples cidadãos, levou-o a introduzir importantes graduações em sua análise. A primeira das graduações que pode ser apontada diz respeito à idéia de que as qualidades que mereciam ser admiradas num príncipe eram distintas daquelas que suscitavam admiração num cidadão particular¹⁹. Nesse sentido, apesar de ter sido influenciado, em alguns aspectos, pelo raciocínio do seu tempo, em dois momentos, em especial, Maquiavel atacou as teorias políticas de seus contemporâneos. Assim, o autor renunciou ao lugar-comum de sua época que enfatizava outros valores do príncipe, que não a importância da força na vida política. Maquiavel considerou ingênua esta perspectiva, que considerava como a manutenção de um governo bem sucedido depende de uma grande disposição a suprir as artes de persuasão, mediante o recurso à força militar efetiva.

Outro ponto no qual Maquiavel contestou as teses que prevaleciam entre os autores de seu tempo se refere ao papel da *virtù* na vida política. Maquiavel repeliu a convicção dominante de que o meio mais seguro de realizar esses fins (honra, glória e fama) consistia sempre em agir de modo convencionalmente virtuoso. Sobre esse aspecto, as virtudes que, em seu período, eram consideradas necessárias ao governante, como a liberdade, clemência, honestidade, foram, de certa forma, abaladas pela teoria do autor. Pelo contrário, ele havia insistido no valor da fraude e da mentira, de forma a considerar que a experiência histórica havia mostrado que “os príncipes que realizaram maiores feitos foram aqueles que deram a palavra com ligeireza, que souberam enganar os homens pela astúcia e que, afinal de contas, triunfaram sobre aqueles que se pautaram pelos princípios da honestidade (Skinner, 1996a:154)”. Como afirma Skinner (op. cit., 155), da convicção de Maquiavel resulta que deixa de haver qualquer conexão necessária entre os conceitos de *virtù* e virtude. *Virtù* ficaria simplesmente identificada a quaisquer qualidades que, na prática, fossem

¹⁵ Berlin, I. *op. cit.*, p. 60.

¹⁶ Vide Maquiavel (2000). *O Príncipe*, cap. XVIII

¹⁷ Maquiavel (2000), cap. XIX.

¹⁸ Maquiavel (2000), cap. XXV e XXVI.

¹⁹ Maquiavel (2000), cap. IX.

necessárias para salvar a vida e preservar a liberdade da pátria.

Parece equivocada a interpretação muitas vezes feita sobre a teoria política de Maquiavel, responsável pelo divórcio entre a política e a moral, de modo a enfatizar a autonomia da política. Nesse sentido, Maquiavel estaria de acordo com os autores mais tradicionais quanto à natureza das metas as quais os príncipes devem visar. Como Maquiavel afirmou, o objetivo do governante deveria ser o de manter seu Estado, de realizar grandes obras. O conceito de *virtù* n' *O Príncipe*, assim, denota a qualidade de flexibilidade moral que se requer de um príncipe, ou seja, ele deve ter uma mente pronta a se voltar para qualquer direção, conforme os ventos da Fortuna e a variabilidade dos negócios o exijam. Nesse sentido, aparece no cap. XXI d' *O Príncipe* que “a prudência [de um príncipe para ser estimado] está justamente em saber conhecer a natureza das inconvenientes e adotar o menos prejudicial como sendo bom”²⁰.

Maquiavel observou que as virtudes centrais do cristianismo (caridade, perdão aos inimigos, piedade, fé na vida pós-morte) eram obstáculos para a formação do governante e, conseqüentemente, da sociedade que imaginava. Apesar de não ser filósofo e nem lidar com abstrações, sua teoria política foi muito relevante para a posteridade. Não disse que a virtude cristã não era boa, mas ela tornava impossível a construção de um governante e, conseqüentemente, de um Estado forte. Segundo o autor, teríamos de aceitar os homens tais como os encontramos, e buscar aprimorá-los por caminhos possíveis.

Em relação à fortuna, outro elemento presente na dominação do Estado e, conseqüentemente, na formação do governante, deveria, segundo Maquiavel, ter sua possibilidade de atuação reduzida, ou seja, o príncipe deveria estruturar seu Estado em bases sólidas, de modo que não poderia ser abalado por turbulências causadas por fatores imprevistos. Dessa forma, o governante necessitaria menos da força da fortuna, à medida que tivesse na própria *virtù* a sustentação de seu Estado.

Maquiavel foi um pensador que fez cair por terra velhas teorias que haviam sido absolutizadas pelo tempo, de modo a buscar somente descrever o mundo que via. Dessa forma, compreendendo a política de uma maneira relativamente nova, a Maquiavel foi creditada a fundação da teoria política moderna. Algumas páginas d' *O Príncipe* provocaram escândalo justamente porque pareciam atacar de uma maneira brutal crenças e valores que

constituíam o núcleo da moral cristã. Para Maquiavel existiria uma outra ética consagrada pelo tempo, a da *polis* grega, da qual os pensadores gregos nos fornecem uma nítida apresentação, ou seja, fundada no respeito ao bem público e às leis da *polis*. Por esses motivos não escapa à razão aqueles que dizem que a obra maquiaveliana foi e continua sendo comumente julgada sem o devido conhecimento.

A teoria maquiaveliana confrontava diretamente a moral cristã, pois, enquanto para esta, a política deveria se realizar em consonância com os valores morais mais elevados (virtudes), embora se soubesse que a perfeição era impossível na cidade terrestre, para Maquiavel, que herdou muito do espírito dos humanistas, a boa ação política não deveria levar em conta valores que fossem incapazes de garantir seu sucesso, mas apenas aqueles que conduzem à meta desejada, que, no caso dos príncipes, é a manutenção do Estado. Vistas as imperfeições do ser humano, a doutrina pregada pela Igreja seria inadmissível como norteadora para o governante, ou seja, um governante guiado pelos valores cristãos poderia deixar que, frente uma possível disputa, seu governo padecesse em favor da paz.

Dessa forma, para Maquiavel, é na relação entre moral e política, da política que carrega em si um conjunto de valores diferentes daqueles da moral cristã, que se deve buscar a formação do Estado e do governante. Este passou a ter uma finalidade diferente daquela dos períodos precedentes, passando a ver a manutenção de um Estado forte - frente às instabilidades internas e externas - como objetivo máximo para o príncipe, sobrepondo o Estado frente ao indivíduo isoladamente considerado. Enfim, foi sob este signo, o de aparente distanciamento entre ética e política que nasceu a Filosofia Política moderna e da qual Maquiavel é um dos patronos.

Referências

- BERLIN, I. A originalidade de Machiavelli. In: MACHIAVELLI, N. *O Príncipe*. Trad., prefácio e notas, Lívio Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000. p. 5-82.
- BIGNOTTO, N. As fronteiras da ética: Maquiavel. In: NOVAES, A. (Org.). *Ética*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 113-125.
- BURKHARDT, J. *O renascimento italiano*. Trad. Antônio Borges Coelho. Lisboa: Editorial Presença, Livraria Martins Fontes, 1973.
- CARVALHO, E. M. *O pensamento vivo de Maquiavel*. São Paulo: Editora Martin Claret, 1986.

²⁰ Maquiavel (2000), cap. XXI.

- CORTINA, A. *O Príncipe de Maquiavel e seus leitores: uma investigação sobre o processo de leitura*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- DRESDEN, S. *O Humanismo no Renascimento*. Lisboa/Porto: Portugália/Inova, 1968.
- FERREIRA, A.B.H. *Minidicionário da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1993.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Trad., prefácio e notas, Lívio Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- MAQUIAVEL, N. *A arte da guerra*. A vida de Castruccio Castracani. Belfagor, o arquidiabo. O Príncipe. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora da UNB, 1982.
- MISKININ, H.A. *A economia do renascimento europeu (1300-1600)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.
- MÜLLER-BOCHAT, E. *Entre a Idade Média e a Renascença*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1970.
- PÉCORA, A.A. B. Política do céu (anti-Maquiavel). In: NOVAES, A. (Org.). *Ética*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 127-142.
- SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Cia. das Letras, 1996a.
- SKINNER, Q. Political Philosophy. In: SCHIMITT, C.B. (Ed.). *The Cambridge History of Renaissance Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press. 1996b. p. 388-452.

Received on October 24, 2001.

Accepted on January 07, 2002.